

Plano de Investimentos em Tecnologia para o biênio 2022-23

—
Secretaria de Tecnologia da Informação
—

SUMÁRIO

Introdução	4
Sistemas a serem desenvolvidos.....	8
Contratação de consultoria para suporte ao sistema de pagamento	8
Contratação de solução de ponto biométrico.....	8
Integração do sistema de pagamento com o sistema da Receita para apuração de dados de óbito.....	9
Aquisição de ferramenta de integração para o desenvolvimento de sistemas.....	9
Sistema de controle da frota de carros	9
Integração de dados da plataforma PEC com o SCI	10
Implantação do Módulo Unificado de Concessão de Aposentadoria no SICOR	10
Migração dos sistemas legados	11
Desenvolvimento de módulo de gestão de Contratos, Licitações, Convênios e Gestão Financeira, com integração ao PNCP.....	11
Avanços na plataforma Verde	13
Renovação da parceria com a Fundação Coppetec e UFRJ para o desenvolvimento do sistema Verde	13
Nova calculadora de pena para o módulo NUSPEN.....	13
Painel multitarefas do sistema Verde e novos painéis de gerência de informações	14
Módulo de atuação extrajudicial.....	14
Ampliação do uso de Inteligência Artificial no Verde	14
Ouvidoria no Aplicativo Defensoria RJ.....	15
Criação de um assistente virtual para o site da DPRJ	15
Integração do sistema Verde com a base dos Correios.....	15
Módulo de gerência de honorários.....	16
Módulo para gerência e controle das ações de Tutela Coletiva.....	16
Integração com o sistema de Carta Online dos Correios.....	16
Revisão do modelo de suporte do sistema Verde.....	17
Módulo CDEDICA.....	17
Integração com o sistema DENATRAN	17
Melhoria no atendimento e suporte de TI	18
Renovação do licenciamento de software para o NUTH e Engenharia Legal.....	18
Renovação do parque de impressão e novos tipos de impressoras	19

Aquisição de equipamentos para segurança física de computadores e monitores.....	19
Implantação de sistema para inventário e gestão de ativos de TI	19
Melhoria da infraestrutura de redes	21
Aquisição de ativos de rede.....	21
Aquisição de equipamentos para monitoramento e segurança física dos servidores de rede	22
Segmentação da rede da Defensoria e cadastramento de computadores por localidade	22
Aquisição de novos servidores de rede	22
Aquisição de solução de backup corporativo	23
Contratação de internet patrocinada para o aplicativo Defensoria RJ	23
Nuvem privada para colaboradores da DPRJ.....	23
Implantação do SEI 4.....	24
Implantação de rede Wi-Fi corporativa	24
Elaboração da política de segurança da informação e comunicação	24
Elaboração do protocolo de prevenção de incidentes	25
Elaboração do protocolo de gerenciamento de crises	25
Elaboração do manual de proteção de infraestrutura	25
Contratação de licença de expansão do serviço de segurança do firewall e suporte técnico	26
Contratação de link de dados e internet para a rede da Defensoria	26
Contratação de suporte técnico e atualização do produto Oracle.....	27
Contratação de telefonia fixa e 0800	27
Contratação de telefonia móvel	27
Aprimoramento da gestão documental	28
Implantação do módulo de Pesquisa Pública do SEI.....	28
Aquisição de EPI para colaboradores da CODOC.....	28
Cadastramento de cooperativa para descarte de documentos e papéis inservíveis	29
Atualização do normativo de procedimentos de destinação de documentos	29
Atualização do Manual de Gestão de Documentos (3ª Edição).....	30

INTRODUÇÃO

A Resolução DPGE n. 963/2019 estabeleceu as diretrizes da política de governança no âmbito da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro e atribuiu ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação a incumbência de aprovar e acompanhar a execução do Plano de Investimento da área de Tecnologia da Informação.

Houve uma primeira experimentação, referenciada ao ano de 2019, seguida de um Plano bianual (2020/2021) intrinsecamente relacionado a cada Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual. A conclusão foi especialmente positiva para a Defensoria Pública, pois o processo decisório sobre cada item dos Planos de Investimentos democraticamente pulverizou as escolhas para pessoas com diferentes pontos de vista institucionais, fazendo com que altos investimentos orçamentários resultassem de qualificadas determinações. Além disso, o processo de estabelecimento de prioridades em um comitê formado pelos principais atores envolvidos nos processos licitatórios criou um direcionamento claro para todos os setores administrativos, tornando possível a execução mais célere dos projetos prioritários do órgão.

Os planejamentos tornaram-se mais estáveis, sempre sensíveis e abertos às questões do momento e não previstas, e as decisões mais transparentes, permitindo-se às equipes técnicas da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação também participarem dos processos criativos e sinalizarem suas necessidades de investimento para amparar os recursos demandados pelos usuários, internos e externos. Tais planejamentos, inclusive, resultam em mais qualidade dos processos licitatórios, pois iniciados antes de os problemas se tornarem agudos: com dedicação e tempo, as equipes técnicas puderam investigar os melhores modelos contratuais e de serviços, além de poderem especificar e desenvolver Níveis Mínimos de Serviço em cláusulas contratuais agregadoras de qualidade do serviço prestado.

Vale dizer que o Plano de Investimentos 2020-2021 resultou de ampla participação dos próprios integrantes da Defensoria, ouvidos em consulta pública. Embora naquele momento nem todos os projetos sugeridos tivessem sido incluídos, muitos deles encontraram seu momento de planejamento e inclusão no Plano de Investimentos que aqui seguirá.

Antes, porém, trazemos uma análise gráfica para os Planos de Investimentos mencionados com expectativa de podermos apresentar um cenário ainda mais vantajoso ao final do biênio 2022-2023.

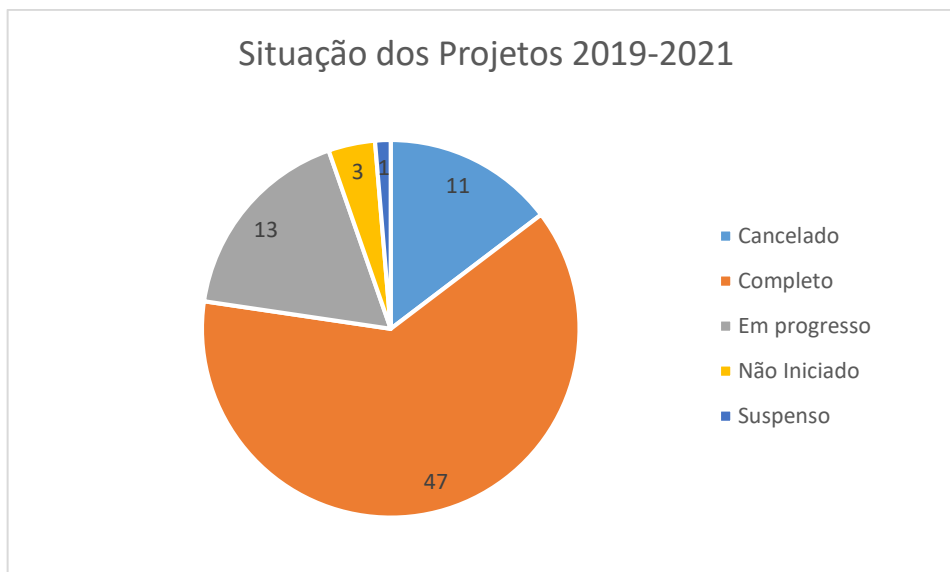
A Secretaria de Tecnologia da Informação forma-se pela Diretoria de Gestão da Informação e por cinco Coordenações: Coordenação de Atendimento e Suporte de TI (COATE), Coordenação de Gestão Documental (CODOC), Coordenação de Redes (CORED), Coordenação de Sistemas de Informação (COSIS) e Coordenação de Sistemas Jurídicos (COSIJ). Ao longo desse período administrado pelos Planos de Investimentos mencionados, a distribuição de projetos entre essas Coordenações foi:



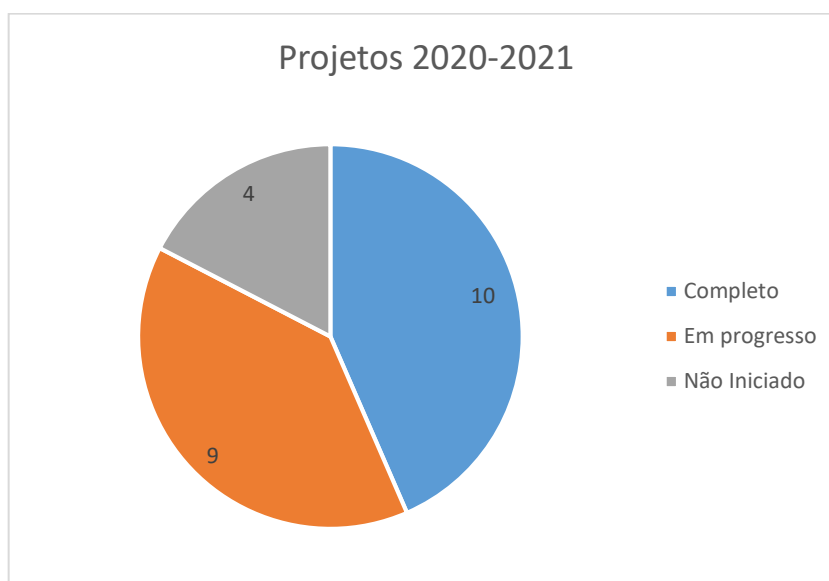
Certos projetos foram incorporados aos Planos de Investimentos na medida em que eram executados de modo a refletir a realidade de então e as necessidades não previstas, notadamente as que resultaram da pandemia, que afetou algumas execuções e linhas de prioridade:



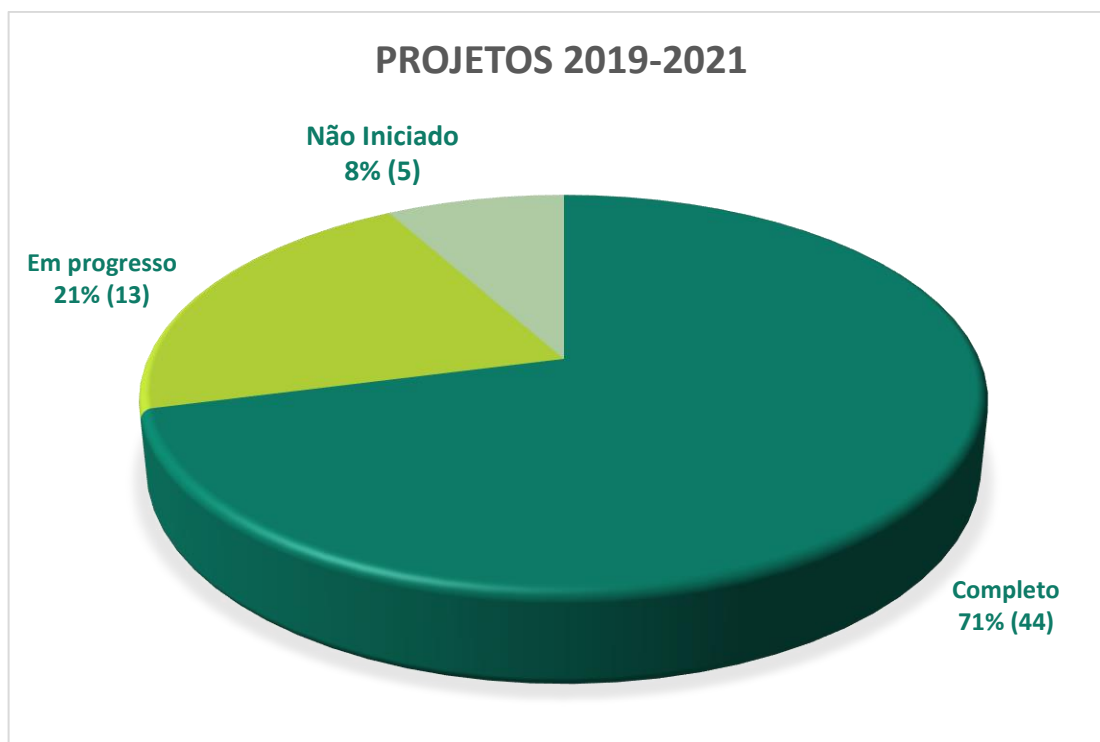
Olhando para esses 75 projetos planejados e não planejados, alguns ainda não foram iniciados e uma grande parte foi executada:



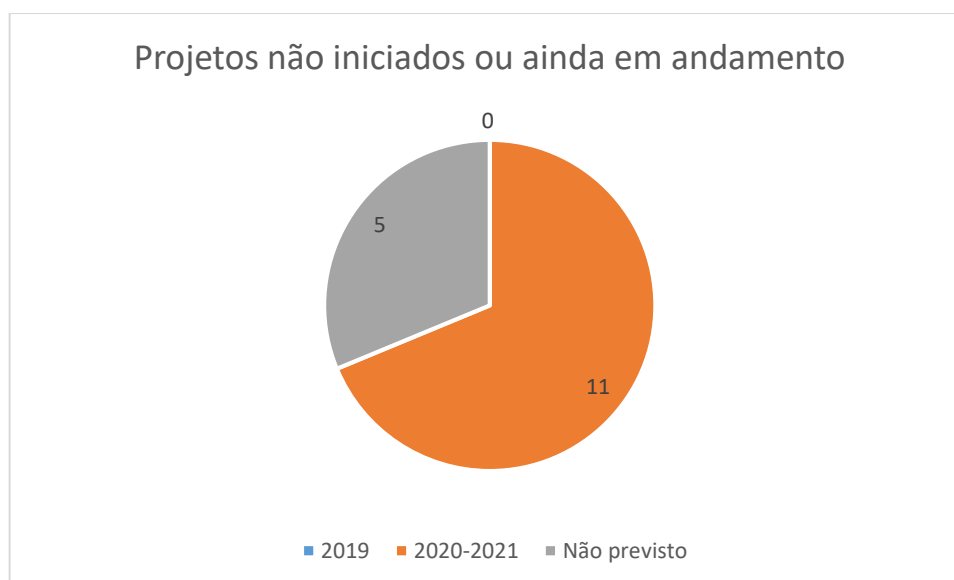
Na análise individual do Plano de Investimentos 2019 e com exclusão dos projetos cancelados e suspensos, temos sua execução integral. A situação específica do Plano de Investimentos 2020/2021, com exclusão dos projetos cancelados e suspensos, é:



A representação única de todos esses períodos seria:



Uma análise que recai exclusivamente sobre projetos em andamento e não iniciados revela que uma parte foi adicionada ao longo do próprio Plano de Investimentos, a indicar a importância do planejamento:



Ao longo do biênio 2022/2023, portanto, o Comitê poderá não só monitorar o desempenho, mas também avaliar a concepção, a implementação e os resultados das ações prioritárias, para assegurar que as diretrizes estratégicas estejam sendo observadas, mas deverá, acima de tudo, promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

SISTEMAS A SEREM DESENVOLVIDOS

Durante os últimos anos os avanços no desenvolvimento de sistemas para a Defensoria foram perceptíveis. O Sistema Corporativo Interno (SCI), conhecido também com “Acesso Restrito” recebeu uma série de novos módulos, se tornando um centralizador das informações de todos os colaboradores do órgão e passos importantes foram dados para facilitar o acesso aos órgãos administrativos, seja concentrando os acessos em um único espaço, reduzindo a dispersão de sistemas existentes antes, ou então para ações simples como a unificação de senhas.

O foco principal dos projetos priorizados no biênio 2020-2021 foi no sentido de melhorar a comunicação e os serviços usados diretamente pelas(os) defensoras(es) no dia a dia. Agora, nessa nova etapa, esperamos continuar integrando os sistemas legados à base centralizada do SCI trazendo mais agilidade para os usuários e segurança para a informação. Além disso, empregaremos esforços para manter a qualidade dos serviços prestados à Defensoria através das licitações previstas e do reforço com a fábrica de software, sempre tendo por objetivo último a entrega de uma melhor experiência aos usuários no tocante à gestão da informação

Contratação de consultoria para suporte ao sistema de pagamento

Descrição: Este projeto visa a realização de processo licitatório para a contratação de uma consultoria para apoiar as adaptações no sistema de gestão de folha de pagamento - SICOR, que é de extrema importância para a manutenção da autonomia administrativa e financeira obtida pela DPRJ.

Fruto desta autonomia, todo o processamento da folha é realizado pela nossa equipe de pagamento desde Outubro de 2016, momento da separação definitiva da nossa folha da folha do Governo do Estado. Hoje o sistema já conta com várias alterações e customizações promovidas por esta instituição que garantem o correto processamento da folha de pagamento, sendo necessária a contratação de uma empresa que possa apoiar a continuidade de tais adaptações.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2022

Contratação de solução de ponto biométrico

Descrição: Este projeto visa a realização de processo licitatório buscando a contratação de empresa de prestação de serviços contínuos de locação, configuração, instalação e manutenção de registradores biométricos (coletores), software e suporte técnico de equipamentos para os servidores da DPRJ conforme previsto no art. 7º, da Resolução 897/17. Ressalta-se que a atual contratação finda no segundo trimestre de 2022, sendo necessária a continuidade do serviço contratado.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2022
\$ **Valor estimado:** R\$ 340.000,00

Integração do sistema de pagamento com o sistema da Receita para apuração de dados de óbito

Descrição: A Diretoria de Gestão de Pessoas, busca a integração com o INFOCONV, uma plataforma de dados da Receita Federal do Brasil, para possibilitar a consulta de dados de óbitos de pessoas físicas, com o intuito de qualificar os dados da folha de pagamento. Espera-se com tal integração garantir que ao ser identificado um óbito no sistema da Receita, tal informação seja automaticamente carregada no sistema de Gestão de Folha, evitando assim pagamentos não devidos.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2022
\$ **Valor estimado:** R\$ 50.000,00

Aquisição de ferramenta de integração para o desenvolvimento de sistemas

Descrição: Este projeto tem por objetivo a aquisição de uma ferramenta que possibilite ampliar a integração das equipes de desenvolvimento de sistemas, de forma a oferecer aos desenvolvedores recursos como a criação de grupos e projetos de desenvolvimento, compartilhamento de códigos, criação e gestão de equipes, gerencia de integração e funcionalidades que possibilitem um melhor gerenciamento de tarefas.

O projeto visa permitir uma comunicação mais organizada, eficiente e segura para os membros das equipes de TI, possibilitando assim um aumento de produtividade, eficiência e organização, gerando valor para o usuário final e ao serviço prestado.

 **Prazo:** 3º Trimestre de 2023
\$ **Valor estimado:** R\$ 60.000,00

Sistema de controle da frota de carros

Descrição: É um grande desafio gerenciar uma frota de carros e todos os recursos e acessórios que envolvem a gestão efetiva do transporte da Defensoria, utilizando para tanto apenas planilhas. Este projeto visa melhorar a transparência, agilidade no acesso às informações, diminuição dos gastos públicos, facilitar a logística de viagens

e uso dos carros, sistematizar e controlar todo o processo de abastecimento, controlar utilização da frota pelos motoristas, veículos nas oficinas, combustível e periféricos.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2023

Integração de dados da plataforma PEC com o SCI

Descrição: Este projeto visa a atualização da plataforma de Ensino à Distância da DPRJ utilizada no Programa de Educação Continuada. A proposta é que os dados da plataforma sejam integrados com o Sistema Corporativo Interno, para que no momento da inscrição nos cursos, os dados do treinando sejam vinculados aos seus dados funcionais, de forma possibilitar o rastreamento de quais cursos cada colaborador realizou, contribuindo assim para uma gestão de desenvolvimento mais eficiente pelos setores responsáveis.

 **Prazo:** 3º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 60.000,00

Implantação do Módulo Unificado de Concessão de Aposentadoria no SICOR

Descrição: No tocante ao processo de concessão dos pedidos de aposentadoria, atualmente a DPRJ, nas atribuições da Diretoria de Gestão de Pessoas, faz o cálculo manual do Mapa de Tempo de Serviço, que é o documento que informa ao solicitante a contagem do tempo faltante para a aposentadoria e em quais fundamentações legais ele se enquadra.

Tal procedimento, além de requerer um tempo grande para sua confecção, por se tratar de um processo manual, está sujeito a erros humanos no cálculo e nos enquadramentos. Apesar do nosso sistema de gestão da folha de pagamento conter funções para cálculos de aposentadoria, estas informações estão desatualizadas de acordo com as legislações recentes, o que impede o seu uso imediato.

Em contato com o Rioprevidência, a DPRJ tomou conhecimento de que no sistema de gestão da folha utilizado pelo Governo do Estado (SIGRH), a empresa Techne, junto ao PRODERTJ, desenvolveu um módulo unificado de aposentadoria com a finalidade de adequar o SIGRH às legislações vigentes, fornecer relatório automatizados como o Mapa de Tempo de Serviço e proporcionar mais segurança e celeridade no processo de concessão dos benefícios de aposentadoria.

Por utilizarmos o mesmo sistema que o Governo do Estado, este projeto visa a implantação no sistema de gestão de folha de pagamento da DPRJ do Módulo Unificado de Aposentadoria, desenvolvido pela empresa Techne para o Rioprevidência junto com o PRODERSJ, a fim de trazer a mesma segurança e celeridade à Diretoria de Gestão de Pessoas e ao próprio servidor da DPRJ, quanto aos pedidos de concessão de aposentadoria.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 2.000.000,00

Migração dos sistemas legados

Descrição: O SCI é o principal sistema administrativo da DPRJ, sendo este o repositório principal dos novos sistemas desenvolvidos para a instituição. Porém, existem ainda diversos sistemas que foram desenvolvidos antes da implantação do SCI e que estão fora de sua estrutura e, portanto, não possuem integração direta com a base do SCI, não foram criados com os padrões de desenvolvimento atualmente utilizados e não são de fácil manutenção.

Alguns destes sistemas são: Sistema de Ordem de Serviço, Sistema da Ouvidoria, Sistema da Corregedoria, Atendimento OnLine CRC, Sistema da Engenharia Legal, Sistema de Avaliação Funcional, Sistema do CECON, Sistema de Cálculo, e Sistema de Upload de Arquivos. Este projeto tem por objetivo migrar tais sistemas para a estrutura do SCI facilitando a integração dos sistemas e centralizando as bases.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2023

Desenvolvimento de módulo de gestão de Contratos, Licitações, Convênios e Gestão Financeira, com integração ao PNCP

Descrição: Atualmente a DCLC (Diretoria de Contratos, Licitações e Convênios) possui apenas um cadastro básico de Licitações no SCI, que utiliza para publicização destes dados no Portal da Transparência. No entanto, tal cadastro carece de funcionalidades que possibilitem a gestão dos seus Contratos e Convênios de forma mais ampla, com o controle de fornecedores e bens e serviços disponibilizados por tais contratos.

De forma semelhante, a DOF (Diretoria de Orçamento e Finanças) não possui um controle sistematizado de todo ciclo de gestão financeira desses contratos, como a gestão de pagamentos e empenhos, utilizando-se para tal atividade planilhas feitas no setor. Assim, a instituição carece de controles mais assertivos para a gestão de

gastos com Contratos, Imóveis e Diárias, tendo grande parte dos controles atuais a partir de planilhas desenvolvidas pelas unidades administrativas.

Além disso, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) traz uma série de exigências quanto a publicidade de licitações e contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, cabendo à Defensoria publicar, de forma rotineira, tais informações no sítio, podendo esta ser feita por meio de integração de sistemas.

Assim, este projeto visa o desenvolvimento dentro do SCI de um módulo de Gestão de Contratos, Licitações, Convênios para a DCLC e um módulo de Gestão de Gastos com Imóveis e Diárias para a DOF, além da implementar a integração dos dados exigidos com o PNCP.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 450.000,00

AVANÇOS NA PLATAFORMA VERDE

A Defensoria do Rio de Janeiro vem investindo sistematicamente ao longo dos últimos anos no desenvolvimento de ferramentas de TI capazes de facilitar rotinas e integrar procedimentos de todos os órgãos de atuação. Como estratégia, concentra-se no Sistema Verde o desenvolvimento de todas as ferramentas capazes de apoiar as atividades da área finalística da Defensoria. O software já vem sendo desenvolvido por 6 anos e novos módulos são requisitados para expandir o uso por diversas áreas da instituição.

Desse modo além da ampliação do módulo Verde que atende aos Núcleos de Primeiro Atendimento, Varas e Núcleos Especializados, outros módulos estão sendo desenvolvidos e serão implantados no exercício de 2022 e 2023, conforme descrito nos projetos a seguir.

Renovação da parceria com a Fundação Coppetec e UFRJ para o desenvolvimento do sistema Verde

Descrição: Durante os últimos anos os avanços no sistema Verde foram consideráveis, sendo este um resultado do sucesso da parceria com a Fundação Coppetec da UFRJ. No entanto, mesmo com os projetos já implantados, novas oportunidade de melhoria para o Verde continuam surgindo frequentemente, sendo necessário a celebração de um novo Contrato com a Fundação, a fim de ampliar os projetos em desenvolvimento e garantir a continuidade de evolução do Verde.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2022

Nova calculadora de pena para o módulo NUSPEN

Descrição: A calculadora de pena é uma nova ferramenta para auxiliar os Defensores que atuam no Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria, evoluindo a ferramenta já atualmente disponível. A atual calculadora foi feita com os parâmetros e funções utilizados na calculadora do Conselho Nacional de Justiça, que não incorpora regras fundamentais para o cálculo exato da pena utilizadas pela Defensoria, como indulto e a comutação, .

 **Prazo:** 3º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 120.000,00

Painel multitarefas do sistema Verde e novos painéis de gerência de informações

Descrição: Este projeto prevê a criação de um Painel Dinâmico multitarefas dentro do Verde, criado a partir do entendimento do dia a dia dos órgãos de atuação, de forma possibilitar uma visão apurada para cada Defensor sobre o seu órgão, auxiliando assim na gestão de sua atividade. A ferramenta pretende auxiliar na gestão dos procedimentos em andamento em cada órgão de atuação. Por meio de uma série de funções pré-definidas, que irão trabalhar ativamente no tratamento de informações, o Painel irá comunicar e criar alertas sobre o que entendemos ser relevante para a atividade do órgão de atuação.

O Painel permitirá o Defensor avaliar sua demanda direcionando para as atividades mais relevantes de forma a aumentar sua capacidade de trabalho e melhorando sua assistência jurídica à população. O painel poderá ainda exibir a performance de tramitação de processos, índices de resolutividade, entre outras informações. Além disso, permitirá a instituição acompanhar métricas de esforço e resultado de cada órgão, permitindo a gestão das métricas que melhor se adequa ao órgão.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 700.000,00

Módulo de atuação extrajudicial

Descrição: Nem todos os casos não processuais são judicializados, dessa forma é necessário ter a possibilidade de registrar no Verde as mediações, os acordos extrajudiciais e apontar essas informações de forma padronizada. Assim, esse projeto prevê a criação de uma nova tela no sistema Verde, similar à de distribuição, que permitirá a gestão dessas informações, e garantirá um acompanhamento deste tipo de atuação de forma global na Defensoria.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 230.000,00

Ampliação do uso de Inteligência Artificial no Verde

Descrição: O objetivo deste projeto é aplicar técnicas de Inteligência Artificial na Caixa de Intimações do Verde. Nessa nova fase do projeto, novas funcionalidades já mapeadas serão adicionadas à ferramenta que identifica, sem abrir a intimação, do que ela se trata, de acordo com uma coleção de tipos possíveis de intimação. Além disso, o projeto prevê buscar estratégias e algoritmos alternativos que aumentem a

eficiência do processo de tratamento das intimações, reduzindo a carga de esforço nos servidores e a demanda em tempo real pelo acesso à documentos do TJRJ.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 900.000,00

Ouvidoria no Aplicativo Defensoria RJ

Descrição: Este projeto visa possibilitar os usuários do aplicativo "Defensoria RJ" cadastrar informações referente a uma manifestação: registrar elogios, reclamações ou sugestões dos serviços prestados pela Defensoria para a Ouvidoria. O Atual sistema da Ouvidoria também será modificado para possibilitar consultar cadastro do assistido e encaminhar notificações para o celular, sobre andamento da manifestação.

 **Prazo:** 1º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 95.000,00

Criação de um assistente virtual para o site da DPRJ

Descrição: Este projeto pretende substituir o "Formulário Online" atualmente disponibilizado no site da Defensoria por um Assistente Virtual, que auxilie o usuário do serviço da Defensoria em seu atendimento, de forma a garantir que ele obtenha informações sobre o andamento de processos, realizar um agendamento para atendimento com a Defensora e outros tipos de atendimentos semiautomatizados.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 150.000,00

Integração do sistema Verde com a base dos Correios

Descrição: Esse projeto visa implementar uma integração do sistema Verde com o Diretório Nacional de Endereços (DNE), que é um banco de dados atualizado com arquivos que contém mais de 900 mil CEPs de todo o Brasil, constituído de elementos de endereçamento até nível de seção de logradouro e Códigos de Endereçamento Postal (CEP). Com os dados do CEP será possível então cadastrar automaticamente os dados de endereço, reduzindo o trabalho repetitivo de digitação nos cadastros do sistema.

 **Prazo:** 3º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 150.000,00

Módulo de gerência de honorários

Descrição: O projeto prevê a criação de um módulo capaz de cadastrar, recuperar e controlar o andamento de todos os processos da Defensoria para identificar dados relativos a honorários advocatícios devidos à instituição. Com base no cadastro prévio será criada uma área no Verde em que estarão registradas as informações dos processos, órgãos e valores de honorários recebidos ou a receber.

 **Prazo:** 1º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 300.000,00

Módulo para gerência e controle das ações de Tutela Coletiva

Descrição: Hoje todas as ações ajuizadas pelos Núcleos de Tutela Coletiva, o autor sempre é a Defensoria Pública RJ (mesmo CNPJ). Este comportamento gera centenas de ações cadastradas em um único prontuário, onde a parte autora é a Defensoria, inviabilizando o acompanhamento dos processos pelo órgão no Verde. Para tratar deste cenário, o projeto prevê possibilitar a consulta particular dos órgãos que atuam em ações coletivas, modificando o modo de visualização dos casos quando for um tipo de caso como esse.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 110.000,00

Integração com o sistema de Carta Online dos Correios

Descrição: Este projeto prevê a integração entre o sistema Verde e o sistema de envio de cartas online (e-Carta) dos Correios, a fim de que os colaboradores da Defensoria possam expedir cartas online através do Verde. O Serviço e-Carta é um serviço que consiste no envio de cartas comuns, através de postagem eletrônica, possibilitando que a carta e os destinatários sejam inseridos pelo Verde. Os documentos serão impressos diretamente nos Correios, que farão a entrega da correspondência, a partir das informações recebidas. A integração possibilitará ainda o rastreamento da comunicação pelo Verde, facilitando assim a identificação se determinada notificação não for recebida pelo destinatário.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 80.000,00

Revisão do modelo de suporte do sistema Verde

Descrição: Visando minimizar as dúvidas sobre o funcionamento e regras de Negócio do Verde, este projeto pretende reformular o modelo de suporte atualmente adotado, de forma a centralizar, de forma estruturada e organizada, as dúvidas e problemas enfrentados pelos usuários. Será criado um local centralizado, aberto e gerenciado com tickets de acompanhamento, para suporte do Verde, na intenção de aprimorar o suporte existente hoje.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 200.000,00

Módulo CDEDICA

Descrição: Esse projeto visa implementar um módulo específico no sistema Verde para Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA). O projeto prevê a integração com o Sistema de Identificação e Informação de Adolescente (SIIAD), sendo possível assim, acesso consulta de todas as informações cadastrais, biopsicossociais e educacionais dos adolescentes submetidos às medidas socioeducativas.

Para a realização deste projeto será necessária a prévia disponibilização do serviço pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), não sendo escopo desse projeto a construção de um *webservice* no SIIAD para comunicação dos sistemas.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 280.000,00

Integração com o sistema DENATRAN

Descrição: Esse projeto tem por objetivo permitir aos usuários do sistema Verde, pela própria plataforma e por *webservice*, consultar individualmente informações de dados de veículos e seus condutores. Essa integração relaciona-se à execução do Contrato n. 037/2018.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2023

MELHORIA NO ATENDIMENTO E SUPORTE DE TI

Durante o último ciclo de investimento a Defensoria atuou na modernização do seu parque de microcomputadores e fornecendo notebooks para todas(os) Defensoras(es), além da aquisição de um volume considerável de softwares para o apoio às atividades operacionais dos órgãos, obtendo assim um crescimento de 22% de ativos de TIC. Devido a tal acréscimo, se mostrou como necessário a implementação de projetos que visam obter eficiência operacional no controle, monitoramento e governança do parque de TIC instalado. Durante o ciclo de 2022 e 2023 será ainda o momento em que se finalizará o contrato atual do serviço de impressão, levando à necessidade de um projeto específico para reliciar o serviço, modernizando assim o parque de impressoras.

Os projetos a seguir refletem uma composição de medidas para obter melhor aproveitamento e gestão de ativos de TI, resultando em maior qualidade nos serviços prestados aos usuários.

Renovação do licenciamento de software para o NUTH e Engenharia Legal

Descrição: O Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) é o órgão responsável na Defensoria por atuar na defesa jurídica do direito à moradia nos casos de despejos, remoções, reintegrações de posse e outros conflitos fundiários. Já a Engenharia Legal é um órgão administrativo que presta auxílio à outros órgãos de atuação, realizando vistorias em imóveis, produzindo relatórios ou laudos periciais para ingressar com ações de danos materiais, ou atua ainda como assistente técnico quando designado para acompanhar as vistorias em conjunto com peritos judiciais.

Para a realização de suas atividades cotidianas, os órgãos citados manipulam frequentemente plantas de imóveis que devem ser trocadas com demais órgãos do poder público e do poder judiciário, visando a identificação correta das moradias afetadas nos processos judiciais analisados. Para a manipulação de tais documentos eles necessitam da ferramenta *Autocad*, da fabricante *Autodesk*. A ferramenta é atualmente utilizada para poder demarcar corretamente as áreas e imóveis ocupados, revisar plantas, elaborar plantas de casas, de forma que elas sejam um retrato fiel dos imóveis, principalmente, quanto às medidas.

Este projeto visa renovar o licenciamento atualmente existente, para prover os órgãos das ferramentas básicas para a realização de seus trabalhos cotidianos.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 500.000,00

Renovação do parque de impressão e novos tipos de impressoras

Descrição: Com o fim do tempo de vida útil do atual parque de impressoras e a proximidade do fim da vigência do contrato que sustenta o serviço de impressão da Defensoria, se torna necessária uma nova contratação para prestação do serviço de locação de impressoras multifuncionais, contendo serviço de garantia, suporte, manutenção e fornecimento de suprimentos.

Além disso, para adequar o parque de impressão da Defensoria às regras de acessibilidade do órgão, é necessária a locação ou aquisição de impressoras específicas, que permitam a impressão de documentos em braile, de forma a possibilitar que os documentos utilizados na Defensoria possam ser lidos por pessoas cegas ou com baixa visão, quando necessário.

O projeto visa suprir também a necessidade de impressoras térmicas, utilizadas para a impressão de documentos de identificação dos colaboradores da instituição, atendendo assim à demanda da equipe de gestão de pessoas. Devem ser previstos o suporte adequado para cada impressora com suas devidas características de utilização.

🕒 **Prazo:** 2º Trimestre de 2023

💰 **Valor estimado:** R\$ 10.470.000,00

Aquisição de equipamentos para segurança física de computadores e monitores

Descrição: O projeto visa mitigar os casos de remanejamentos indevidos e furtos de microcomputadores e monitores dentro da instituição, de forma a impedir o remanejamento de equipamentos nas localidades sem acompanhamento da equipe responsável pela gestão do parque de Tecnologia da Informação. Para tanto, será realizada a aquisição de cadeados com base sólida a ser instalada nos equipamentos do parque da defensoria.

🕒 **Prazo:** 3º Trimestre de 2023

💰 **Valor estimado:** R\$ 540.000,00

Implantação de sistema para inventário e gestão de ativos de TI

Descrição: O projeto tem como escopo a implantação de um sistema de monitoramento de microcomputadores, softwares e licenças, que emite alertas de modificação de hardware e inatividade de uso do microcomputador.

O recurso auxiliará na governança de TI, pois oferecerá monitoramento ao parque da Defensoria e auxiliará na identificação de não conformidade das licenças utilizadas, além de aprimorar a análise de uso dos ativos atualmente implantados, devido a possibilidade de visualização do volume de uso dos equipamentos e softwares instalados. Todos estes recursos acrescentarão qualidade também na gestão de custos.

🕒 **Prazo:** 1º Trimestre de 2023

💰 **Valor estimado:** R\$ 1.000.000,00

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE REDES

Podemos entender como infraestrutura de TIC o conjunto de equipamentos e serviços que servem como base para manter em funcionamento todos os sistemas de informação e serviços informatizados utilizados e disponibilizados pela Defensoria. Ela é, portanto, a base da capacidade planejada para o uso de recursos de TIC, e deve ser planejada de forma que não impeça a sustentação de serviços atuais ou o desenvolvimento de projetos futuros.

Estabelecer uma infraestrutura de TIC adequada, habilita a instituição a ter uma rápida implementação de futuras iniciativas com base digital, bem como a redução e a consolidação de custos dos processos ordinários do órgão. Em um cenário de avanços tecnológicos constantes, ter uma organização eficiente exige uma grande variedade de equipamentos, softwares e ferramentas de comunicação, e surge daí a necessidade de um constante investimento neste setor.

A seguir, apresentamos um conjunto de projetos e investimentos planejados para o exercício de 2022 e 2023, que darão à DPRJ a capacidade de continuar avançando na disponibilização de novos serviços eletrônicos e nos trarão maior qualidade nos recursos de TIC cotidianos, como nossos computadores e nossa rede de dados

Aquisição de ativos de rede

Descrição: Para garantir uma rede de dados com velocidade adequada, estável e sem riscos de interrupção, é necessário investimento contínuo visando a substituição dos ativos de rede que se mostram obsoletos e sem garantia. Novos equipamentos, com a garantia adequada do fabricante, fazem com que a possibilidade de incidentes de lentidão e travamento sejam reduzidas, e possibilitam o gerenciamento remoto dos equipamentos.

Este projeto, iniciado em 2019, prevê a aquisição de novos switches para complementar a substituição dos equipamentos antigos e a instalação de novos, conforme se avance na substituição do cabeamento das redes locais.

Ainda, estamos atuando na substituição do cabeamento das Sedes da DPRJ para cabeamento estruturado. Concluímos as sedes de Rio das Ostras e Guapimirim, São João de Meriti, São José do Vale do Rio Preto, Jacarepaguá, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e estamos executando Petrópolis, Teresópolis e Méier. Ainda temos a previsão para execução esse ano de mais 5 sedes, deixando as sedes preparadas para implantação de VoIP o que aumenta a necessidade de aquisição de um maior número de switches com PoE que possibilita o tráfego de dados e alimentação elétrica para os aparelhos.

Em 2020 tal contratação foi objeto de licitação, porém restou prejudicada a entrega dos equipamentos pela empresa vencedora. Apurado o descumprimento contratual e feita a rescisão, iniciamos novo processo licitatório para aquisição dos equipamentos.

🕒 **Prazo:** 2º trimestre de 2022

💰 **Valor estimado :** R\$ 1.900.000,00

Aquisição de equipamentos para monitoramento e segurança física dos servidores de rede

Descrição: Este projeto tem como escopo a aquisição de equipamentos para ampliar a capacidade de monitoramento e segurança do ambiente físico onde os servidores de rede da Defensoria estão hospedados. Atualmente tais ambientes já contam com sistema de fechadura biométrica, sensores de temperatura e umidade, que garantem a segurança física do ambiente, no entanto, pelo passar do tempo de uso, é necessária a substituição dos mesmos.

🕒 **Prazo:** 3º trimestre de 2022

💰 **Valor estimado :** R\$ 18.000,00

Segmentação da rede da Defensoria e cadastramento de computadores por localidade

Descrição: Este projeto prevê ampliar o controle de acesso de equipamentos à rede da Defensoria, de forma a possibilitar o acesso apenas à equipamentos previamente cadastrados. A inclusão de equipamentos na rede da Defensoria sem controle ou autorização acarreta diversos problemas, podendo comprometer a segurança dos demais computadores e das informações que trafegam na rede. Além disso, o bloqueio desses equipamentos impede que softwares não licenciados sejam usados em nosso ambiente, além de dar maior controle sobre o remanejamento de equipamentos de forma não autorizada.

🕒 **Prazo:** 4º trimestre de 2022

Aquisição de novos servidores de rede

Descrição: O projeto visa a substituição dos servidores que sustentam os sistemas e serviços hoje disponibilizados pela CORED. Os equipamentos atuais estão no fim do ciclo de vida e por meio desse projeto estamos licitando novos equipamentos com tecnologia mais moderna, garantia e suporte técnico.

 **Prazo:** 4º trimestre de 2022

 **Valor estimado :** R\$ 3.100.000,00

Aquisição de solução de backup corporativo

Descrição: O projeto contempla a aquisição de *hardware* e *software* para backup de dados e máquinas virtuais de forma automatizada, tanto em sistemas Linux quanto em sistema Windows, garantindo a recuperação das informações quando necessário.

Atualmente a Defensoria não dispõe de uma ferramenta de backup adequadamente implantada, uma vez que as ferramentas em funcionamento não implementam uma automação completa da salva guarda de dados. Assim, visando a garantia de maior confiabilidade de tais rotinas, entendeu-se pela necessidade de aquisição de uma solução específica.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 700.000,00

Contratação de internet patrocinada para o aplicativo Defensoria RJ

Descrição: Após a implantação exitosa do aplicativo Defensoria RJ, amplamente utilizado pelos usuários dos serviços da Defensoria para ter seu atendimento junto ao órgão, identificou-se a possibilidade de ampliar ainda mais a disponibilização do aplicativo, de forma que nossos usuários não precisem pagar pelo tráfego de dados gerado pelo aplicativo.

Assim, de forma análoga ao que acontece quando uma pessoa liga para o serviço do 129, sem ter cobrança telefônica pelo atendimento, este projeto visa disponibilizar o acesso livre ao App Defensoria RJ, não consumindo dados do plano do usuário do nosso serviço, possibilitando assim o uso do aplicativo até mesmo por pessoas que não possuam um pacote de dados em seu smartphone.

 **Prazo:** 3º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 1.500.000,00

Nuvem privada para colaboradores da DPRJ

Descrição: A implementação da Lei Geral de Proteção de Dados trouxe à Defensoria diversos novos desafios, dentre eles, a possibilidade do compartilhamento de arquivos

entre colaboradores do órgão de forma segura, confiável e utilizando provedores que não façam qualquer tipo de tratamento de dados pessoais dos usuários de serviço da Defensoria, mesmo aqueles contidos em peças e documentos internos. Assim, esse projeto pretende contratação de espaço de armazenamento em nuvem para os colaboradores da Defensoria, possibilitando o armazenamento, compartilhamento e colaboração em arquivos e pastas usando qualquer dispositivo móvel, tablet ou computador, com garantias contratuais de atendimento aos princípios da LGPD.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 850.000,00

Implantação do SEI 4

Descrição: O projeto consiste na atualização da versão do SEI atualmente instalada na Defensoria, para a versão 4. A nova versão possui diversas atualizações de segurança e funcionalidades, trazendo uma melhor experiência do usuário com uma interface renovada com maior acessibilidade em dispositivos móveis e mecanismos de compartilhamento de processos entre instituições. O projeto será executado em conjunto com a CODOC e COSIS tendo cada coordenação funções específicas no projeto.

 **Prazo:** 3º Trimestre de 2022

Implantação de rede Wi-Fi corporativa

Descrição: O projeto visa a implantação de rede Wi-Fi corporativa para acesso dos servidores da DPRJ e dos assistidos através de dispositivos móveis de modo independente da rede de dados atual da defensoria, podendo ser implantado de forma escalonada. O Projeto foi pensado para ser implementado como serviço, cabendo a empresa contratada disponibilizar todos os equipamentos necessários ao funcionamento da solução de forma segura e confiável.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 1.900.000,00

Elaboração da política de segurança da informação e comunicação

Descrição: Projeto que visa elaborar uma Política de Segurança da Informação e Comunicação para a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, de forma a estabelecer diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências, normas e

procedimentos de uso, visando assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados, informações, sistemas, documentos, correspondências e publicações, bem como seus repositórios ou meios de armazenamento

 **Prazo:** 3º Trimestre de 2022

Elaboração do protocolo de prevenção de incidentes

Descrição: Este projeto visa desenvolver Protocolo de Prevenção e Mitigação de Incidentes de Segurança da Informação, com o objetivo de identificar, proteger, detectar, responder e recuperar capacidades ou serviços que foram prejudicados em razão de incidentes de segurança cibernética. Espera-se com ele dotar a Defensoria de um protocolo a ser seguido por todos os colaboradores, visando a proteção de ataques ou incidentes que envolvam a gestão da informação.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2022

Elaboração do protocolo de gerenciamento de crises

Descrição: Projeto para desenvolvimento de Protocolo de Gerenciamento de Crises de Segurança da Informação, visando minimizar danos e orientar quais ações e procedimentos devem ser tomados pela equipe de segurança da informação no processo de restabelecimento da condição de normalidade dos serviços e dados da Defensoria, em caso de ocorrência de ataques cibernéticos de grande impacto.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2022

Elaboração do manual de proteção de infraestrutura

Descrição: O objetivo deste projeto é o desenvolvimento de Manual de Proteção da Infraestrutura, que tem como foco principal estabelecer as diretrizes estratégicas para a implementação dos controles de segurança cibernética necessários para proteção de infraestruturas de TIC de forma a preservar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2022

Contratação de licença de expansão do serviço de segurança do firewall e suporte técnico

Descrição: Com o projeto espera-se a continuidade do serviço de firewall e suas extensões, mecanismos de segurança que monitoram e controlam o tráfego de entrada e saída de dados da rede da Defensoria Pública, inclusive autenticação de usuário e acessos mediante VPN. Ressalta-se que a atual contratação finda no primeiro trimestre de 2022, sendo necessária a continuidade do serviço contratado.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 1.900.000,00

Contratação de link de dados e internet para a rede da Defensoria

Descrição: A Defensoria Pública vem estruturando-se cada vez mais em ferramentas dependentes do tráfego de dados entre suas sedes e a rede mundial de computadores, especialmente por meio do sistema Verde e suas integrações com diferentes serviços de processos judiciais eletrônicos.

O Tribunal de Justiça planeja digitalizar todos os processos de seu acervo até o final de 2022, o que totaliza cerca de 1,5 milhão de processos físicos que passariam a tramitar em meio eletrônico, aumentando a necessidade de consumo dos órgãos da Defensoria.

Ressalta-se que as atuais contratações, referentes a 3 diferentes regiões do Estado, findam em diferentes momentos (dez/22, jan/23 e nov/23), mas todos simultaneamente a este Plano de Investimentos. A contratação em questão envolve também o estudo do consumo de dados pelos órgãos de atuação e administrativos de modo que as velocidades contratadas comportem as necessidades.

 **Prazo:** 1º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 3.500.000,00

Contratação de suporte técnico e atualização do produto Oracle

Descrição: Prestação de serviços de suporte técnico e atualização do produto Oracle para continuidade da sustentação do sistema de gestão da folha de pagamento e do sistema de votação eletrônica, cedido pelo MPRJ à DPRJ, que estão em funcionamento na defensoria.

 **Prazo:** 4º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 220.000,00

Contratação de telefonia fixa e 0800

Descrição: O projeto visa a contratação de solução de PABX em nuvem, ramais e 0800 como serviço, possibilitando a defensoria expandir seus serviços de telefonia com qualidade superior ao modelo atual. Tal contratação possibilitará a previsibilidade nos gastos com telefonia, já que teremos custo fixo e ligações ilimitadas, com tecnologia moderna e redundância diminuindo assim a incidência de indisponibilidade.

 **Prazo:** 3º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 1.800.000,00

Contratação de telefonia móvel

Descrição: O projeto visa a contratação de telefonia móvel corporativa visando a substituição do contrato atual que está em fim de vigência. O objetivo da contratação é possibilitar a defensoria a expansão do serviço, a modernização dos planos atuais de dados e voz e a atualização dos aparelhos disponibilizados em comodato.

 **Prazo:** 2º Trimestre de 2022

 **Valor estimado:** R\$ 1.100.000,00

APRIMORAMENTO DA GESTÃO DOCUMENTAL

A Gestão Documental da Defensoria Pública trabalha, desde a sua criação, em 2017, em duas grandes frentes: (i) na elaboração de instrumentos e normativos de gestão de documentos físicos e digitais, visando principalmente o tratamento da massa documental acumulada; e (ii) na gestão do SEI, propondo melhorias, módulos novos e atendendo às demandas dos colaboradores da Defensoria, a fim de que o SEI esteja cada vez mais adaptado à realidade da instituição.

Os projetos a seguir agrupam os esforços que serão envidados durante o biênio de 2022 - 2023 com objetivo de desenvolver a cultura de gestão documental na Defensoria, especialmente no que tange a produção, tramitação, uso e destinação correta dos documentos, bem como na melhoria constante do sistema SEI, a fim de deixá-lo mais transparente e acessível.

Implantação do módulo de Pesquisa Pública do SEI

Descrição: Implantação de ferramenta a qual possibilitará que qualquer cidadão, independente de prévio cadastro junto ao SEI/DPRJ, possa acessar o andamento de processos administrativos e documentos produzidos ou custodiados pela Defensoria Pública que tenham o seu nível de acesso público.

Como não há necessidade de cadastro prévio no SEI, a Defensoria Pública, ao disponibilizar seus processos e documentos públicos para livre acesso, viabiliza a transparência ativa e democratiza o acesso às atividades administrativas da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

 **Prazo:** 3º trimestre de 2023

Aquisição de EPI para colaboradores da CODOC

Descrição: Trata-se de aquisição de equipamentos de proteção individual para o manuseio do acervo físico da DPRJ a fim de garantir a saúde de todos os colaboradores que atuam junto à CODOC, para que realizem suas atividades de maneira segura, com a devida proteção.

 **Prazo:** 1º Trimestre de 2023

 **Valor estimado:** R\$ 7.000,00

Cadastramento de cooperativa para descarte de documentos e papéis inservíveis

Descrição: Rotineiramente a Coordenação de Gestão Documental atua em diversas fases da gestão de processos administrativos, sendo uma delas a eliminação dos documentos inservíveis da Defensoria Pública. Pensando na execução dessa eliminação, para que esta seja feita de forma sustentável, compatível com o meio ambiente, bem como garanta a adequada descaracterização dos documentos sensíveis, foi trazida ao conhecimento da CODOC instrumentos usados por outros órgãos públicos, através dos quais é feito o cadastramento de Cooperativas para coleta de papéis inservíveis, com a descaracterização adequada.

Assim, para a eliminação sustentável e adequada dos processos administrativos que serão alvos de eliminação, este projeto prevê o cadastramento de cooperativas de reciclagem que atuem na logística reversa, descaracterização e reciclagem da massa documental a ser eliminada pela Defensoria. O objetivo é que o projeto não traga novos custos ao órgão, cadastrando as entidades que se propuserem a realizar tais ações dentro dos padrões definidos pela CODOC.

 **Prazo:** 1º trimestre de 2023

Atualização do normativo de procedimentos de destinação de documentos

Descrição: Com a finalização do projeto de elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade dos documentos da atividade fim, se mostra como necessária a adequação das normas existentes que disciplinam a gestão documental, uma vez que atualmente tais normas são focadas apenas na atividade meio. Objetiva-se com isso termos as normas bases para a correta instrução de todos os servidores da DPRJ quanto ao fluxo correto para gestão de documentos públicos no âmbito da Defensoria.

 **Prazo:** 4º trimestre de 2022

Atualização do Manual de Gestão de Documentos (3ª Edição)

Descrição: O objetivo deste projeto é atualizar o Manual de Gestão de Documentos para atender às demandas específicas geradas pela elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades fim e adequar o Manual à realidade atual da gestão de documentos da Defensoria e às normas de proteção de dados.

 **Prazo:** 4º trimestre de 2022